



ACÓRDÃO Nº890/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11547/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Barcelos.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Valmir Gonçalves da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 327/2019-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Barcelos. Exercício de 2015.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance.
Determinação. Recomendação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** o **Sr. Valmir Gonçalves da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, exercício de 2015, nos termos do art. 20, § 3. da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 88 da Resolução nº 04/2002;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Valmir Gonçalves da Silva**, responsável pela Câmara Municipal de Barcelos, no curso do exercício 2015, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, "b" e "c", da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 11, III, "a" e art. 188, §1º, "b" e "c", do Regimento Interno do TCE/AM, em virtudes das irregularidades constantes nos Itens: 1 a 23 do Relatório/Voto;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Valmir Gonçalves da Silva** no valor de **R\$ 1.706,80** (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, referente a ausência de data de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º e 2º semestre de 2015, e pelo atraso no encaminhamento do RGF do 1º semestre de 2015, impropriedades constantes nos Itens 4 e 5, do Relatório/voto, nos termos do art. 54, da LRF c/c art. 308, I, "c", do Regimento Interno



ACÓRDÃO Nº890/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do TCE/AM, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Valmir Gonçalves da Silva no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil oitocentos e vinte sete reais e dezenove centavos) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificados danos ao erário, conforme irregularidades citadas nos itens 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 20 e 21 do Relatório/Voto, tudo com base no art. 54, III, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM nº 04/02, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.5. Aplicar Multa ao Sr. Valmir Gonçalves da Silva no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, referente as irregularidades citadas nos itens 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 13, 19, 22 e 23 do Relatório/Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



ACÓRDÃO Nº890/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.6. Considerar em Alcance o Sr. Valmir Gonçalves da Silva** no valor de **R\$ 286.484,40** (duzentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para Câmara Municipal de Barcelos, por ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, em virtudes das irregularidades citadas nos Itens 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 20 e 21, do Relatório/Voto e no Relatório Conclusivo n. 133/2016-DICAMI, às fls. 95/116, nos termos do art. 304, c/c o art. 308, inciso V, da resolução n. 04/02, com nova redação dada pela Resolução n.04/2018, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.7. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno** que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.8. Recomendar à Câmara Municipal de Barcelos**, que sejam observados e cumpridos os prazos legais e regimentais, em especial à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei n. 101/2000), Lei de Licitações e Contrato (Lei n. 8.666/193), a fim de evitar a reincidência, o que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica do TCE/AM.
- 11- Ata:** 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 10 de Setembro de 2019.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição